



24237764



08018.023563/2023-93



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

## **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS – CONARE**

**A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES À 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONARE, DE 18 DE MAIO DE 2023.**

No dia 20 de abril de dois mil e vinte e três, às 10 horas, na Sala de Reuniões 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e em ambiente virtual, foi realizada a centésima sexagésima nona Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pela Presidente do Conare, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**.

Foi registrada a presença da Coordenadora-Geral do Conare, **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**; do Chefe da Divisão de Soluções Duradouras do Conare-DSD, **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**; da Diretora do Departamento de Migrações, **Sra. Tatyana Scheila Friedrich**; do Coordenador-Geral de Políticas Migratórias do DEMIG, **Sr. Paulo Illes**; da membro titular do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Maria Clara de Paula Tusco**; da membro suplente do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede**; da membro titular do Ministério do Trabalho e Emprego e Coordenadora-Geral de Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, **Sra. Lucilene Estevam Santana**; da membro titular do Ministério da Saúde e Coordenadora-Geral na Assessoria Internacional do mesmo órgão, **Sra. Marina Moreira Costa Pittella**; da membro suplente do Ministério da Educação, **Sra. Roseli Teixeira Alves**; do membro suplente da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Pe. Marcelo Maróstica Quadro**; do membro titular da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão**; da membro suplente do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), **Sra. Silvia Sander**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do representante da Defensoria Pública da União, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**; do membro observador do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, **Sr. Alex André Vargem**; do representante da Organização dos Estados Americanos, **Sr. João Guilherme Granja**; da membro observadora do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, **Sra. Niusarete Margarida de Lima**; do membro observador do Ministério da Igualdade Racial, **Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva**; da representante do Ministério Público Federal, **Sra. Michele Corbi**; da membro observadora do Ministério de Portos e Aeroportos, **Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia** e da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Ir. Rosita Milesi**.

Acompanharam também a reunião na condição de participantes: Amarilis Busch Tavares (CG-Conare); Ana Carolina Furukawa Iftoda (CG-Conare); Ana Célia Honorato Dorta (CG-Conare); Clarissa Teixeira Araujo do Carmo (MDHC); Corina Dias Adorno Ferreira (CG-Conare); Daniel Campos (MPF); Danielle do Amaral Pizetta (SE); Diego Merigueti (Acnur); Emiko Aparecida de Castro Matsuoka (GM); Fabio Rodrigues da Silva (SE);

Fatima Mayumi Kowata (CG-Conare); Fernando Domingos de Farias (DEMIG); Fernando Lopes da Fonseca (CG-Conare); Hugo Felipe Gonçalves (DEMIG/CGIL); Lara Rocha Guimaraes (Acnur); Ilana Szabo (DPU); Indira Lima Croshere (PF); Isabela Mazão (Acnur); Jefferson Tavares de Araujo (CG-Conare); Jessica Porfirio da Silva (CG-Conare); Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur); Jorge Luiz Ribeiro de Paula (CG-Conare); Juliana Nascimento Bueno da Silva (CG-Conare); Lais Vitoria Cunha de Aguiar (CG-Conare); Laiza de Castro Monção (CG-Conare); Lara Fiori de Godoy (CG-Conare); Larissa Getirana (Cáritas/RJ); Leila Romanini (CG-Conare); Leonardo Passinato e Silva (GM); Lígia Molina (CASP); Manoel Marciel Ramalho (CG-Conare); Marianna Borges (IMDH); Mathias Alberto Moller (CG-Conare); Monica Salina Lima (CG-Conare); Osorio Vilela Filho (CG-Conare); Paulo Sergio de Siqueira (CG-Conare); Paulo Victor Silva Pacheco (MIR); Pedro Henrique de Moraes Cicero (CG-Conare); Rhayssa Brandão (DPU); Ricardo Andre de Souza (CG-Conare); Rogerio Tavares Leda (Acnur); Thais Soares (CG-Conare); Thayse Karoline de Sousa Medeiros (DPJUS); Vinicius de França (CG-Conare); William Torres Laureano da Rosa (Acnur); Yara Mitsue Iguchi (CG-Conare); Yolanda Cavalcanti Alves (CG-Conare).

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** cumprimenta a todos, declara aberta a centésima sexagésima nona Reunião Ordinária do Conare, apresentando a seguinte proposta da pauta:

1. Boas-vindas e informes gerais
  - 1.1. Membros convidados
  - 1.2. Assinatura de atas anteriores
2. Apreciação de casos em bloco
  - 2.1. Extensão dos efeitos da condição de refugiado – Deferimentos – (bloco de assinatura 535255)
  - 2.2. Extensão dos efeitos da condição de refugiado – Indeferimentos – (bloco de assinatura 535257) caso nº 2 retirado para análise em destaque
  - 2.3. Manifestamente fundados com dispensa de entrevista (bloco de assinatura 535254)
  - 2.4. Perda da condição de refugiado (bloco de assinatura 491919)
  - 2.5. Autorização de viagem (bloco de assinatura 535258)
  - 2.6. Força-tarefa de deferimento de GGVDH
3. Apreciação de caso destacado
  - 3.1. Destaque feito pela DPU: Processo 08018.008025/2019-65 – (caso 02 da lista de indeferimento de Reunião Familiar)
4. 170ª Reunião Ordinária do Conare
  - 4.1. Reunião Plenária – 18/05 (quinta-feira) – 10h00 – híbrida
  - 4.2. Reunião Técnica Preliminar – 15/05 (segunda-feira) – 16h00 – virtual
5. Análise de Conjuntura – Haiti
  - 5.1. Ministério das Relações Exteriores
  - 5.2. Defensoria Pública da União
  - 5.3. Organização dos Estados Americanos
  - 5.4. Coordenação-Geral de Política Migratória

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** passa para a apresentação da pauta que, como havia sido combinado na reunião técnica, possui dois grandes destaques, que são a análise dos casos e a análise de conjuntura do Haiti. Prossegue saudando os novos membros observadores do Conare, Sr. Alex André Vagem, do Ministério

dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC, e sua suplente, Sra. Clarissa Teixeira Araujo do Carmo, a Sra. Niusarete Margarida de Lima, representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS e também, como membros observadores, o Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, representado pela Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia e, por fim, o Ministério da Igualdade Racial - MIR, representado pelo Diretor Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva. A Sra. Sheila Santana de Carvalho prossegue dizendo que tem como objetivo tornar a composição do Conare mais plural, o que será muito importante dentro dos debates que estão atravessando o Comitê, e conclui dizendo estar muito feliz por estarem tendo esta oportunidade.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** pergunta se já podem passar para o primeiro ponto de pauta.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que irão mudar um pouco o fluxo de aprovação das atas, explicando que a ideia é que na reunião subsequente a ata da reunião anterior já seja aprovada e assinada. Ela prossegue dizendo que na próxima semana a ata será enviada aos integrantes da reunião por e-mail para que estes possam fazer comentários e, os havendo, eles serão consolidados e trazidos para assinatura física. Diz que aqueles que não puderem assinar fisicamente, serão contatados para assinatura pelo Sei ou outra forma virtual. Expõe que estão com algumas atas atrasadas desde a reunião 161ª e que estão em um processo de revisão e que como a maioria das pessoas que participaram das reuniões anteriores não estavam ali fisicamente, seria mantida a assinatura em formato digital para as reuniões 161ª a 166ª. Por fim, esclarece que todos os membros irão receber um grande volume de atas para revisar, desde a 161ª até a presente reunião, incluindo a 20ª Reunião Extraordinária, que serão encaminhadas no decorrer da próxima semana ou da semana seguinte. O objetivo é que todas sejam assinadas em maio. Avisa que a ata da Reunião 167ª, que é a primeira reunião deste ano e a primeira reunião da Sra. Sheila Santana de Carvalho no Conare como presidente, foi trazida hoje para assinatura.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e diz que passarão para a análise em bloco dos casos que foram debatidos na reunião técnica, quase todos com sugestão de deferimentos, passando a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia a votação dos casos em bloco detalhando cada um deles. Diz haver um conjunto de seis blocos de processos e consulta se há óbice com relação aos blocos: um bloco com quarenta e quatro processos de Extensão dos efeitos da condição de refugiado, deferimento; um bloco com dois processos, sendo que um deles não está sendo aprovado no momento porque será analisado em destaque, logo em seguida, Reunião familiar, indeferimento; um bloco pequeno com dois processos Reconhecimento da condição de refugiado, manifestamente fundado, com dispensa de entrevista; um bloco com quatro processos de Perda da condição de refugiado; um bloco com vinte e oito processos de Autorização de viagem, para autorização AD referendado pelo comitê; e uma planilha, que foi enviada por e-mail, com nove mil cento e quinze processos de nacionais da Venezuela que foram analisados e estão agora com sugestão de deferimento. Sem objeção a nenhuma das listas, considera aprovados todos os blocos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** prossegue apresentando um caso de destaque feito pela Defensoria Pública da União, relacionado ao indeferimento de um pedido de extensão dos efeitos da condição de refugiado. Ela expõe que a Defensoria Pública da União apresentou uma análise de que o caso poderia ser enquadrado no cenário aprovado pela nota técnica que reconhecia, de forma prima facie, a condição de refugiado para mulheres e meninas vindas de contextos de mutilação genital feminina, no grupo 2 identificado na nota técnica elaborada sobre o tema. Ato contínuo, passa a palavra para que a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros apresente o caso e para que os membros deliberem sobre ele.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia dizendo que irá apresentar bem rapidamente, não chamando a DPU à fala para que se consiga passar brevemente pelos primeiros pontos da pauta, bem como para que se utilize a maior parte do tempo na discussão do último ponto, que é a conjuntura do Haiti. Ela prossegue dizendo que o encaminhamento da Coordenação-Geral é acatar a sugestão da DPU com relação ao processo (caso número dois do bloco de indeferimento de Reunião Familiar). Explana que o processo se refere a uma menina de doze ou treze anos de idade, nacional de uma região em que ocorre

C/MGF, e que a análise feita pela DPU é de que ela se encontrava no grupo dois da nota técnica de reconhecimento prima facie de meninas e mulheres em situação de risco de corte e mutilação genital feminina. Complementa explicando que a menina não entrou na primeira lista feita porque só foram analisados, até o momento, os processos que se enquadram no grupo um descrito na nota técnica, que possuem maior percentual de risco. Acrescenta que existe um segundo grupo para o qual os o reconhecimento será aplicado apenas para região ou etnia específica. Esclarece que esse caso específico estava numa lista de indeferimento de reunião familiar porque o processo da mãe da menina, pedido de refúgio principal, havia sido indeferido, e, muito acertadamente, a DPU percebeu que a requerente poderia se enquadrar no grupo dois, solicitando que fosse convertido de ofício o processo de extensão em principal para reconhecimento prima facie.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** coloca o caso em apreciação afirmando que o encaminhamento da coordenação é para o deferimento e pergunta se há óbice com relação ao caso. Sem óbice, declara aprovado o Reconhecimento da condição de refugiado para o caso destacado pela Defensoria Pública da União.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** acrescenta que será feito um levantamento de outros casos que possam estar em situação semelhante, ou seja, que tenham sido indeferidos recentemente pelo Conare, dando como exemplo o próprio caso da mãe desta menina, que é uma cidadã nigeriana da mesma etnia da criança e que teve o processo indeferido. Assim que esses números estejam consolidados eles serão apresentados ao Comitê para que se decida o que fazer: se verificam se a pessoa já tem uma outra regularização migratória, se abrem de ofício um processo de recurso ou se revisam a decisão de ofício. Agradece à DPU pela diligência e sugestão de adequação do encaminhamento.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e prossegue com a sugestão de alteração do calendário inicialmente previsto para o mês de maio, sendo mantida a reunião plenária no dia 18/05, quinta-feira, às 10:00, em formato híbrido, e sugerindo a alterar a reunião técnica preliminar para segunda-feira, dia 15, às 16:00, totalmente virtual. Sugere, então, que os membros façam a atualização em suas agendas e explica que todos receberão o convite por e-mail.

Dando seguimento, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** saúda a presença do Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva, membro do Ministério da Igualdade Racial, que está presente na reunião virtualmente e que também vai acompanhar, a partir de agora, as reuniões do Conare como membro observador. Diz que está muito feliz com o aumento da representatividade racial no Conare com a entrada do Sr. Alex André Vagem e do Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva, pois isso trará uma ampliação de vozes que o Comitê terá para qualificar as políticas e debates. Informa que há uma diretriz e um esforço no sentido de aumentar a representatividade em todos os espaços governamentais.

Adiante, saúda também a equipe da CG-Conare pela força-tarefa que permitiu a análise de quase 10 mil casos para a presente reunião. Explica que o Conare, até o presente momento, já deu resolução a cinquenta e dois mil processos, o que equivale a mais de 10 mil processos a mais em relação ao que foi feito no ano passado inteiro. Portanto, agradece à equipe e a todas as pessoas envolvidas na força-tarefa e que fizeram com que isso fosse possível, fomentando respostas mais rápidas e mais efetivas para as solicitações e para o legado de processos a serem analisados pelo Comitê. Finaliza dizendo que com certeza é um marco importante para se ter em consideração.

Passando para o próximo ponto da pauta, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** expõe que falarão à respeito da análise de conjuntura do Haiti, como conversado na reunião técnica preliminar, e diz que vem sendo um debate par o qual o Comitê tem sido provocado constantemente. Diz que o Comitê possui um número muito alto de solicitações de refúgio de pessoas do Haiti, mas um número baixo de reconhecimento de pessoas haitianas como refugiadas, tendo em vista o perene fluxo migratório oriundo do país. Reitera a existência de uma nova portaria elaborada pelo Departamento de Migrações - DEMIG junto com a equipe técnica do Ministério das Relações Exteriores que alterou parâmetros para a realização da concessão de visto humanitário de reunião familiar, que será discutida nesta reunião atual. A seguir, propõe um debate mais qualificado sobre o tema por achar que há muitas percepções e poucas resoluções, discorrendo que a situação do Haiti é sempre difícil já que é um país que está envolvido, há muitos anos, em diversas situações

de fragilidade, que foram agravadas a partir de 2021, e complementa que os membros do Conare têm se deparado com uma necessidade de discutir tal questão de forma mais aprofundada. Desse modo, reitera que a proposta da atual reunião seria a possibilidade de realizar esse debate para que todos possam estar mais ou menos na mesma página em relação aos desafios que se têm enfrentado. Ainda, expõe a ciência de que o Ministério das Relações Exteriores acompanha tal situação mais de perto, bem como o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério dos Direitos Humanos, que também são demandados pela população haitiana que vive hoje no Brasil, dizendo sobre a constância dessas provocações e sobre a necessidade de discuti-las. Então, declara que o propósito da reunião seria justamente abrir um pouco as perspectivas dos membros em relação ao que está acontecendo no país.

Para tanto, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** menciona a presença de alguns convidados especiais e agradece o engajamento de todas e todos que fizeram apresentações, construções de posicionamento, análises em relação ao Haiti, e que compareceram à reunião para compartilhar esses conhecimentos e saberes com todos os membros do Conare. Anuncia haver uma proposta para a ordem de fala, que serão cinco, e depois abrir para os debates entre os membros presentes. As manifestações serão iniciadas com a fala do Ministério das Relações Exteriores, seguida da Defensoria Pública da União, da Organização dos Estados Americanos, representada pelo Sr. João Guilherme Granja, que é cumprimentado com as boas-vindas, em seguida será feita a manifestação do Acnur e, por fim, a manifestação do Coordenador-Geral de Políticas Migratórias, Sr. Paulo Illes, que dará as perspectivas do que se tem enfrentado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esclarece que a ideia é ter falas por volta de dez a quinze minutos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho**, então, anuncia que o Ministério das Relações Exteriores dará início às falas, passando a palavra para a Sra. Maria Clara de Paula Tusco.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** agradece e cumprimenta os presentes. Enuncia que estava prevista uma apresentação de um colega da Divisão de Controle Migratório - DIM, mas que infelizmente ele teve um problema de agenda e não pôde participar. Ressalta que irá transmitir um panorama da política brasileira de acolhida humanitária: evolução, desafios e perspectivas, passando rapidamente pelo contexto, mas com foco na atuação da embaixada e nos desafios para o processamento de vistos. Diz que recentemente foi criado um grupo de trabalho no Ministério das Relações Exteriores, liderado pela secretária de América Latina e Caribe, embaixadora Gisela Padovan, com diferentes áreas do Ministério, envolvendo também o embaixador no Haiti, Luiz Fernando de Carvalho, para tentar pensar em soluções, trocar informações, coordenar e tentar pensar em encaminhamentos e contribuições do governo brasileiro para a crise humanitária no Haiti. Dito isso, expõe que também tem participado das reuniões desse grupo. Continua sua fala dizendo que gostaria de começar recordando o histórico da deterioração da situação política, econômica e social no Haiti, com o marco do terremoto em 2010. Explica que antes disso havia a presença da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti) desde 2004, e que pessoalmente teve a oportunidade de visitar o país em 2009. Em suas palavras, considera que foi um período áureo de melhores resultados atingidos pelo trabalho da referida missão, já que pôde presenciar in loco o trabalho e os resultados alcançados com muito otimismo em relação ao futuro. Relata que, inclusive, chegou a tentar uma remoção para a embaixada em Porto Príncipe, e que nesse período estava terminando o curso no Instituto Rio Branco na academia diplomática. Adiante, faz referência ao terremoto em 12 de janeiro de 2010, que afetou mais de três milhões de pessoas, deixando mais de trezentos mil mortos, além de danos irreparáveis de infraestrutura na própria sede da MINUSTAH, no Palácio Presidencial e na Assembleia Nacional. Diz que sua turma do Instituto Rio Branco é chamada de Turma Zilda Arnes, em homenagem à médica pediatra e sanitária, fundadora da Pastoral da Criança, que estava em missão humanitária em Porto Príncipe para introduzir o projeto, a exemplo do que se tem no Brasil, e que, infelizmente, foi vitimada pelo terremoto.

Prosseguindo, a **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** diz que, a partir daí, o Brasil se tornou um dos principais destinos do fluxo haitiano em função da crise humanitária, e também por restrições impostas por outros países, como Estados Unidos e França, para ingresso de haitianos em seu território. Relata que entre 2010 e 2012, não existiam políticas específicas de regularização migratória para os nacionais haitianos e, com isso, houve um aumento exponencial do número de solicitações de refúgio, conseqüentemente aumentando a

demanda sobre o Conare. Continua sua explicação dizendo que em 2012 houve a primeira resposta estruturada do governo brasileiro em relação à questão, que foi uma política de concessão de vistos com fundamento humanitário baseada em uma resolução do Conselho Nacional de Imigração - CNIG. Afirma que, inicialmente, a concessão de visto limitou-se a mil e duzentos por ano, mas logo no ano seguinte, com o aumento da demanda, esse limite foi revogado. Cita que entre 2011 e 2015 os haitianos foram a principal nacionalidade entre as solicitações de refúgio no Brasil, e que em 2016 houve um outro marco de desastre natural, o furacão Matthew. Em seguida, diz que em 2017 houve uma nova missão das Nações Unidas no país com o objetivo de fortalecer a polícia nacional haitiana e também reformar o setor de justiça no país. No mesmo ano, afirma que foi aprovada a lei de imigração no Brasil, com previsão, no artigo 14, parágrafo terceiro, de visto temporário para acolhida humanitária, que beneficiaria, eventualmente, os nacionais haitianos. Cita que, desde então, o Brasil tem aprovado portarias ministeriais anualmente que possibilitam a concessão de visto humanitário para essa população. Com isso, alega que houve gradual redução dos números de solicitações de refúgio pendentes de processamento pelo Conare, a partir do arquivamento das solicitações dos indivíduos que obtiveram a autorização de residência. Discorre que, com as limitações enfrentadas pela embaixada em Porto Príncipe para o processamento da grande demanda pelo visto humanitário, foi assinado um acordo com a OIM em 2015 para a criação do Centro de Solicitação de Vistos para o Brasil (BVAC), que ajuda no pré-processamento dos vistos, com agendamento e análise de documentação. Assim, expõe que a embaixada em Porto Príncipe, juntamente com OIM e o BVAC, têm se esforçado para aprimorar as condições de atendimento constantemente, e que esse agendamento contribui para evitar intermediações, exemplificando o caso em que pessoas possam vender senhas, e para promover maior celeridade ao processamento. Ressalta que é importante enfatizar que existe a necessidade de análise documental cuidadosa, pois as pessoas muitas vezes têm dificuldade de ter o próprio documento de identificação original, e exemplifica casos de fraude que precisam ser verificados sempre com atenção para coibir eventual tráfico de pessoas, sobretudo de crianças e adolescentes, sendo necessário também para verificar os vínculos familiares e antecedentes criminais, conforme previsto na legislação.

Dando continuidade, a **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** apresenta os desafios recentes de uma nova crise iniciada em 2021, primeiro em 7 de julho com assassinato do presidente Jovenel Moise, que acabou instaurando uma crise política no país, e logo em seguida com um terremoto no mês de agosto que deixou mais de duas mil mortes e dezoito mil feridos. Comenta que também houve acirramento de violência com a proliferação de gangues e que, nesse contexto, as Nações Unidas estimam que mais de um milhão de pessoas foram afetadas e cerca de dezenove mil foram deslocadas pela violência armada. Explica que nos últimos meses também se tem observado a crise dos combustíveis, escassez energética e aumento de casos de sequestro. Tudo isso tem dificultado ainda mais o funcionamento da embaixada em Porto Príncipe. Diz que tem-se enfrentado um grande desafio de lotação do posto e, por questões de segurança, não podem aumentar sua lotação, complementando que, mesmo para os funcionários locais da embaixada e para o embaixador que se encontra em Porto Príncipe, existe uma dificuldade de deslocamento de suas casas até a Embaixada. Exemplifica com situações de greves, piquetes, bairros cerceados e dificuldade também com transporte público, o que muitas vezes faz com que a embaixada não consiga sequer abrir as suas instalações. Acrescenta que durante a pandemia a embaixada conseguiu se manter funcionando e manter o processamento dos vistos, e em seguida assinala o temor frequente de sequestros, interrupção de serviços de comunicação por falta de eletricidade, ausência de água potável e combustíveis, além de escassez de gêneros alimentares e serviços de saúde. Pondera que toda essa situação obviamente não afeta só a embaixada do Brasil, pois outras embaixadas também já foram evacuadas, como o pessoal não essencial da ONU, da União Europeia e de outros países como Alemanha, República Dominicana, França, Espanha, Japão, Estados Unidos, Suíça, entre outros, e comunica que, no final do ano passado, os Estados Unidos emitiram um alerta de segurança de nível máximo sobre o Haiti (nível 4). A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** continua a apresentação agora falando sobre o saldo da política de acolhida humanitária, dizendo que, desde 2012, cento e cinquenta mil haitianos passaram a residir no Brasil, o que representa um por cento da população do Haiti. Adiante, menciona alguns dados sobre o trabalho da embaixada relativos a fevereiro deste ano: “número de agendamentos: 1499; número de casos de pessoas que não compareceram agendamento: 531, Número de e-mails recebidos pela embaixada: 1440; número de telegramas recebidos: 1503; média de

processamento de pedidos: 380 pedidos processados por minuto; solicitações de visto humanitário: 531, 435 entregues, média de 20 por dia.” [1] Relata que o Brasil é o único país a emitir vistos em Porto Príncipe e que a Embaixada é a que mais emite vistos no mundo anualmente, para uma lotação de apenas um embaixador e os funcionários locais. Acrescenta que para além desses desafios, tem-se enfrentado também desafios internos com a judicialização dos pedidos de visto de reunião familiar, comentando que é possível que o Ministério da Justiça e Segurança Pública fale mais sobre esse tema em seguida. Relata que existe, ainda, um problema de mescla de conceitos, como por exemplo, de pedido de reunião familiar pelo visto de acolhida humanitária ou solicitação de refúgio, e reunião familiar por refúgio, destacando que é um o volume de trabalho muito grande e ressaltando que discutir o mérito das ações não seria o caso, mas sim o volume de trabalho, que acaba ficando improcessável para os funcionários envolvidos. Destaca brevemente os desafios econômicos enfrentados pelos haitianos no Brasil, no campo da integração local. Diz que grande parte desse fluxo acaba seguindo para outras rotas em busca de melhores condições de empregabilidade, como para os Estados Unidos, o que gera questionamentos internacionais em relação à nossa política. Afirma que o Brasil teve avanços na política migratória de acolhida humanitária e reunião familiar em favor dos haitianos com a renovação da portaria e também com a edição de uma portaria específica mudando os procedimentos para os pedidos de reunião familiar. Por fim acaba sua exposição com um agradecimento.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Sra. Maria Clara de Paula Tusco, especialmente por trazer informações tão concretas sobre as dinâmicas da embaixada em Porto Príncipe, acrescentando ser objeto de conhecimento de todos que isso tem sido um grande desafio. Em seguida passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva, da Defensoria Pública da União.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** começa a sua fala agradecendo a presidente Sra. Sheila Santana de Carvalho pela palavra, fazendo em seguida uma saudação especial a Sra. Tatyana Scheila Friedrich, ao Sr. Paulo Illes e a todos os presentes. Explica que não consegue ver todos pois está falando remotamente, mas cumprimenta a todos que estão de forma virtual ou presencial.

Partindo para a apresentação, o **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** afirma que toca à Defensoria Pública da União fazer um exame sobre a situação da grave e generalizada violação de direitos humanos no Haiti, mencionando que tiveram a oportunidade de encaminhar à Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, para distribuir a todos, o estudo de país de origem que a DPU elaborou e apresentou ao Conare, com o intuito de subsidiar o exame de grave e generalizada violação de direitos humanos no referido país. Afirma entender que essa situação é bastante cristalina, pois o Haiti é uma nação que caminha cada vez mais em direção a limiares de crise política, econômica e humanitária, o que é bastante claro até mesmo por alguns elementos da fala do Ministério das Relações Exteriores. Comenta que para refletir sobre a GGVDH foram utilizados os critérios de análise que atualmente são aplicados pelo próprio Conare, e discorre que o Comitê, de forma inovadora ao examinar o caso da Venezuela, traduziu a expressão da lei de refúgio “grave generalizada violação de direitos humanos” a partir dos critérios presentes na Declaração de Cartagena, fazendo uma vinculação do conceito da lei brasileira com os elementos de Cartagena. Relata que é importante recordar que nem todos os elementos da Declaração precisam estar caracterizados no país em análise, pois eles são alternativos. Para o reconhecimento de GGVDH, bastaria a caracterização robusta de apenas um deles.

Adiante expõe quais são os critérios listados na Declaração: 1 violência generalizada; 2 agressão estrangeira; 3 conflitos internos; 4 violação maciça dos direitos humanos; 5 outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Argumenta que o estudo apresentado ao Conare se inicia com a contextualização histórica e geopolítica do Haiti, que é um país centro-americano composto majoritariamente por pessoas negras que representam 95% da população. Acrescenta que para além das consequências sociais advindas do passado colonial e escravista, a história haitiana é permeada por uma constante conturbação político-social, que persiste desde sua Independência até os dias atuais. Quanto aos desastres naturais, cita que o Haiti sofre constantemente com terremotos e furacões que causam centenas de milhares de mortes, deixam pessoas desabrigadas e afetam as plantações do país, gerando escassez de alimentos e provocando surtos de cólera, o que aumenta ainda mais o número de vidas perdidas. Diz que o

escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários indicou que o estado haitiano não tem capacidade operacional para responder a emergências, incluindo o funcionamento de sua diretoria de proteção civil, e que, portanto, não está preparado para enfrentar catástrofes naturais por conta própria. Afirma que as iniciativas governamentais são limitadas, os recursos destinados a gestão e preparação para emergências são insuficientes e que, além disso, de acordo com a Human Rights Watch, as autoridades internacionais não forneceram supervisão e assistência efetivas. Na política, relata que o país enfrentou constantes problemas de repressão desde a ditadura militar de 1964 a 1986, e dos golpes militares de 1989 e 1991. Já em 2017, explana que Jovenel Moise assumiu a presidência do Haiti por eleições livres, porém o que era para ser um mandato constitucional, se tornou mais um período ditatorial após Moise se negar a abandonar o poder em 2022. Nesse contexto, diz que o Haiti pediu esforços para organizar as eleições, mas opositores pressionaram pela criação de um governo de transição tendo em vista a escalada de violência de gangues no país, o que gera a ausência de um chefe de estado legítimo. Por conseguinte, declara que atualmente, segundo o relatório de 2022 do Programa Mundial de Alimentos da ONU, cerca de cinquenta e cinco por cento da população vive na pobreza e um milhão e trezentas mil pessoas estão sofrendo com a fome extrema.

Entrando especificamente nos elementos de Cartagena, iniciando pela violência generalizada, expõe que o Haiti apresenta todos os fatores de reprodução de violência estrutural que são: 1. um número elevado de incidentes violentos e de vítimas; 2. a manifestação da violência em diversas formas trágicas, dentre elas massacres, torturas, mutilações, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, execuções sumárias, sequestros, desaparecimentos e violações frequentes dos direitos humanos; 3. atos de violência destinados a causar terror e a criar situações em que as pessoas não têm escolha se não fugir da área afetada. Continua a exposição dizendo que o aumento da violência das gangues em disputas por territórios afeta o fornecimento de assistência humanitária, dificulta a realização de eleições e piora o funcionamento de toda a infraestrutura básica de saúde, educação, alimentação, transportes, comércio e moradia no país. Portanto relata que os impactos da violência generalizada no Haiti são multidimensionais. Menciona que, de acordo com o escritório das Nações Unidas no Haiti, os relatos de violência indicam expressivo aumento de tiroteios, sequestros, estupros e assassinatos deliberados de homens, mulheres e crianças como tática para difundir o medo entre comunidades sob controle de gangues rivais induzidas ao deslocamento. Diz que a situação de mulheres e meninas é extremamente preocupante e relatada reiteradamente nas principais fontes consultadas. Cita que uma dessas fontes, o Armed Conflict Location & Event Data Project, relatou que houve mais de 800 casos de violência política e protestos em 2021 e quase 540 fatalidades reportadas. Alega que esses dados foram apresentados no EPO, e que, no entanto, as fontes utilizadas afirmam que a violência é extremamente subnotificada no Haiti, considerando, desta maneira, que o grave quadro retratado em relatórios e no relatório da Defensoria Pública da União é provavelmente muito pior.

Em relação ao caso de agressão estrangeira, explica que se refere a outro elemento de Cartagena que mencionara, e que sua definição seria o uso de força por um Estado contra a soberania de outro, sua integridade territorial e Independência política, e depois diz que não há evidências de agressão de outro país contra a soberania haitiana. Afirma que este seria o único elemento de Cartagena, em princípio, que não poderia ser caracterizado no Haiti, na interpretação da Defensoria Pública da União. Por outro lado, dissertando sobre os conflitos internos, alega que os embates entre gangues e entre policiais e gangues apresentam grande ameaça para a ordem do Estado haitiano, visto que o país não possui exército próprio. Pontua que esses conflitos se acirram pela ausência de um chefe de estado e justamente pelo interesse em ativos econômicos importantes, como os postos de combustíveis e estradas que ligam a capital ao resto do país. Cita que o relatório 2022 da Human Rights Watch destaca que cerca de 95 gangues estão lutando pelo território em Porto Príncipe, onde vivem aproximadamente um milhão e quinhentas mil pessoas. Em seguida, relata que a coalizão da G9 bloqueou o acesso aos terminais de combustíveis, que os ataques aos civis estão se intensificando e os casos de sequestro também. Além disso, argumenta que há relatos de que a polícia encontra-se envolvida em casos de corrupção, o que corrobora mais ainda para um cenário de completa instabilidade.

Ainda, pontua um outro elemento, que é a violação maciça de direitos humanos, dizendo que, além das constantes ameaças à vida e à liberdade dos civis pelos conflitos e instabilidade política do país, direitos à alimentação, educação, acesso à água potável, liberdade de expressão e outros também estão sendo cerceados. Diz que as comunidades mais vulneráveis do país estão sentindo os efeitos das inundações climáticas, que reduziram a disponibilidade de água potável e saneamento, e que, paralelamente, a erosão do solo contribuiu para uma efetiva redução da capacidade agrícola no Haiti. Ademais, pontua que são altos os índices de fome e má alimentação e, segundo a Human Rights Watch, mais de um terço dos haitianos, aproximadamente 4 milhões de pessoas, vivem com insegurança alimentar, sendo que duzentas e dezessete mil crianças sofrem de desnutrição moderada a grave. Diz que mais de cinquenta por cento das unidades de saúde do país foram destruídas pelo terremoto de 2021, que também danificou escolas e atingiu cem mil crianças. Relata que, quanto a educação, ainda dentro dessa questão da violação maciça de direitos humanos, cerca de cinquenta por cento dos haitianos com quinze anos ou mais são analfabetos, sendo o sistema educacional do país extremamente desigual. Acrescenta que a violência de gênero, a discriminação contra pessoas com deficiência e o preconceito contra pessoas LGBTQIA+ é amplo, frequente e endossado pelas estruturas governamentais, e que há diversas barreiras institucionais para garantir direitos básicos para pessoas vulnerabilizadas, cenário este que não tem qualquer previsão de melhora na atual situação política do país. Comenta que, segundo o relatório de 2022 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a liberdade de expressão regride rapidamente com cada vez mais relatos de violência contra jornalistas, censura, ameaças às instituições autônomas do país e às ferramentas de liberdade de expressão na nação.

Em seguida, faz referência a outro elemento, que são circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública. A respeito disso, cita que as principais circunstâncias são a instabilidade política e a insegurança, pois o país não possui um chefe de estado e a coalizão de gangues perturba a ordem pública. Relata que o controle de áreas estratégicas pelas gangues afetou duramente negócios, hospitais e escolas, além de gerar escassez de bens básicos, incluindo acesso à água. Ademais, comenta que a dominação pelas gangues é sustentada por diversas violações de direitos humanos, como terrorismo, tortura e violência sexual. Dando continuidade, afirma que também foi feito um exame do posicionamento da ONU a respeito do Haiti, e há graves denúncias no relatório do secretário geral das Nações Unidas, no âmbito do escritório integrado no Haiti, que foi submetido ao conselho de segurança da ONU e publicado em 17 de janeiro de 2023, reconhecendo que a população do Haiti está sofrendo a pior emergência de direitos humanos e humanitária em décadas e que as violações de direitos humanos atingiram o nível crítico. Também menciona que o Acnur emitiu nota em novembro de 2022 pedindo aos Estados que se abstenham de promover retornos forçados de haitianos, mencionando que há uma terrível situação e uma devastadora crise humanitária e de segurança no país, além de reiterar a violência, incluindo violência sexual, sequestros, saques e bloqueios de estradas por gangues armadas e o recente surto de cólera, exacerbando uma situação humanitária já dramática no país, marcada por insegurança alimentar aguda, escassez de combustível, e cuidados de saúde e saneamento limitados.

Se encaminhando para o final, o **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** destaca que atualmente algumas nacionalidades podem se valer no Brasil de forma concomitante da autorização de residência do refúgio. É o caso dos venezuelanos, dos sírios e dos afegãos, e alega que essa lhe parece ser a melhor saída: deixar que, de forma autônoma, o migrante possa eleger a hipótese de proteção ou de regularização migratória, com os ônus e bônus que cada uma apresenta. Seguidamente, aponta que o reconhecimento de GGVDH no Haiti corrigiria uma grave distorção, que é não oportunizar essa regularização e proteção concomitantes a uma nacionalidade composta em noventa e cinco por cento por pessoas negras, que se submetem, certamente, mais do que outras nacionalidades, a todas as agruras impostas pelo racismo no Brasil. Destaca também que, na pesquisa realizada para elaboração do estudo de país de origem, houve a oportunidade de entrevistar algumas pessoas que fizeram o trabalho de campo no Haiti. Nesse sentido, chegara um relato, em suas palavras, bastante forte, de que os haitianos que não dispunham da documentação exigida para acolhida humanitária no Brasil solicitam refúgio e, de posse da solicitação de refúgio, começam a trabalhar para juntar dinheiro e enviar uma significativa quantia para o Haiti, a fim de eventualmente conseguir obter os documentos que são exigidos para acolhida humanitária. Acrescenta que isso lhe parece, pessoalmente, uma

distorção, e indaga por qual razão iria se exigir de solicitantes de refúgio que permaneçam como solicitante até arrecadar dinheiro e despendar significativas quantias, para depois se valer da autorização de residência. Em seguida, questiona se não parece mais razoável, conforme uma lógica de governança migratória, conceder o refúgio ao solicitante, especialmente considerando que ali não estão a inventar uma hipótese de refúgio, mas a reconhecer uma situação clara e indiscutível de grave e generalizada violação de direitos humanos. Por fim, expõe que, em nome da DPU, requer aos membros do Conare o reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos no caso do Haiti, e encerra a sua fala agradecendo ao grupo de assessores da DPU que o apoiaram com esse estudo de país de origem ora apresentado aos participantes da reunião, bem como pela oportunidade.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece ao Sr. Gustavo Zortéa da Silva pelas colocações e agradece à Defensoria Pública da União pelo documento elaborado, dizendo que estão todos com ele em mãos e que podem compartilhar também, por e-mail, a todos os integrantes do Conare que estão acompanhando de forma remota. Acrescenta que é um documento relevante que precisa de uma leitura atenta. Todavia, destaca que a reunião está sendo feita para realizar uma análise de conjuntura sem fins deliberativos e para conseguir colocar a par todos os membros da situação do Haiti, que é conhecida por alguns, mas não tão conhecidas por outra parte do comitê. Comenta que, então, o intuito da reunião é conseguir compartilhar as informações que se tem hoje em relação ao país e à situação das pessoas haitianas que vivem no Brasil. Adiante, declara que a próxima fala é do Sr. João Guilherme Granja, que representa a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o agradecendo pela presença e por ter vindo de Washington para se juntar ao presente encontro. Comenta que o Sr. João Guilherme Granja é uma pessoa que está a par das dinâmicas do Departamento de Migração, tem um longo histórico de carreira também no âmbito do Ministério da Justiça e hoje está na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, passando a palavra para ele.

O **Sr. João Guilherme Granja** cumprimenta a todas as pessoas: integrantes, membros do Conare, presidente, diretora Sra. Tatyana Scheila Friedrich, comentando ser um prazer compartilhar este espaço. Cumprimenta seguidamente a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, a Sra. Amarilis Busch Tavares, todos os servidores da casa, Sr. Paulo Illes, dizendo que este também foi parte da resposta inicial, há mais de dez anos, à chegada desse movimento migratório para o Brasil. Diz que seu intuito é estabelecer um diálogo e uma construção a partir do trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, mencionando que irá explicar basicamente o histórico do órgão na relação com o Haiti, além de alguns recortes metodológicos feitos ao longo dos anos para organizar um contexto que denomina ser complexo. Diz reconhecerem, citando o informe do Fundo Monetário Internacional - FMI, a dificuldade de estabelecer mecanismos sustentáveis de desenvolvimento econômico de curto, médio e longo prazo no país diante do terremoto. Alega achar importante, para que tenham ideia, colocar a perspectiva trazida pelas falas antecessoras de um histórico profundamente delicado de formação de instituições. Pontua que desde os anos setenta a Comissão Interamericana faz visitas recorrentes ao Haiti, complementando que não existe um escritório da comissão, como agência ou ente autônomo da Organização dos Estados Americanos - OEA, mas mantém uma representação para fins políticos no país. Afirma que, desde então, se tem acompanhado o histórico e o registro, muito detalhado, de relações que se dão na luta e na reivindicação pela criação de um ambiente de proteção integral de direitos humanos, ainda em períodos muito mais duros para a institucionalidade do Haiti, como durante a ditadura Duvalier, que diz ser, basicamente, uma dinastia Duvalier sequenciada de pai para filho. Sequencialmente, comenta sobre o processo de redemocratização incompleta que permitiu apontar um número muito baixo de chefes de estado, chegando basicamente a três chefes de estado eleitos em toda a história do Haiti, que cumpriram o mandato integralmente e passaram para um outro chefe de estado de forma pacífica. Cita que em toda a história haitiana, que vem desde a Independência simbólica e importante no começo do século XIX, houve várias intervenções internacionais que levaram a um ambiente de muita desconfiança para outros atores fora do estado que pensam e decidem sobre isso.

Neste contexto, destaca que, desde 2019, a comissão relançou suas relações com o Haiti, mudou a metodologia de trabalho e passaram a trabalhar na construção de redes de contato e diálogo diretamente com a sociedade civil haitiana, bem como contestar uma aproximação delicada e complexa com o próprio

estado haitiano no local, com instituições que internamente também lutam para ter uma certa autonomia na produção de direitos, dando de exemplo o escritório para proteção da cidadania, que é uma entidade haitiana, e certos ministérios que aplicam políticas locais. Diz que é bom chamar a atenção para a existência de um tecido institucional, que muitas vezes é necessário para haver interlocução e se pensar políticas públicas com um estado numa situação tão delicada, como o Ministério da Mulher e da Condição Feminina, que tenta trabalhar políticas e reunir dados a esse respeito. Pontua que não há dúvida de que se trata de uma institucionalidade frágil, que passou por momentos de debilitação sucessiva nas últimas décadas e intensificada nesses últimos anos, esclarecendo que o recorde a ser visto em dois, em breve, três produtos recentes da comissão, traz uma forma de entender essa complexidade desde uma simplificação necessária para apoiar a tomada de decisão.

Ainda, informa que no ano passado foi preparado e publicado o informe sobre a situação de direitos humanos no Haiti, que traz como recorte temporal 2018 para cá, pensando justamente em interpretar como certos equilíbrios e precarização de direitos se agravam, e como situações que se estabilizam, infelizmente entre os olhos da própria comunidade Internacional, se tem equilíbrios perturbados e processos de degeneração ainda mais profundos de direitos, inferindo que é o que foi notado desde 2018, 2019 para cá. Argumenta que, como notado pelo defensor Sr. Gustavo Zortéa da Silva, existe um processo de eleição recente de 2017 até então, com um mandato que vai se fragilizando e também ganhando medidas de poder excepcional, e alega que as primeiras e únicas medidas de política pública econômica refletiram no crescimento de protestos internos de cunho muito violento, bem como na diminuição, que coincide no afrouxamento, das capacidades estatais para regular o acesso a armas de fogo. Afirma que essa é uma condição histórica da organização da violência difusa no contexto do Haiti, ou seja, a existência de grupos que se armam para praticar autodefesa de setores de elite e autodefesa dos territórios, e acrescenta dizendo achar que este é um fenômeno ainda mais complexo do que aquele que se batiza, simplesmente, como a violência urbana cometida por gangues que exploram certos setores de crime organizado do mercado de ilícitos. Pontua haver uma crise estrutural que se acentua e coincide com a diminuição de capacidades da missão Internacional das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, e alega que essa diminuição de presença de fatores de segurança internacional, ainda que muito criticada pela população haitiana, com um grande conteúdo de legitimidade nessa crítica, possibilita o rearmamento, o surgimento e a ascensão desses grupos armados como um fenômeno que não é recente, mas que ganha essa expressão em anos recentes. Comenta que isso permite a disputa territorial de Porto Príncipe, situado no departamento do Oeste, com estimativas que variam, mas as mais chocantes, em suas palavras, afirmam que trinta a quarenta por cento do território não consegue ter acesso permanente e estável de presença estatal, complementando que se trata da perda do controle da produção de serviços públicos, cujo contexto é de muita debilitação.

Comenta também os aumentos agudos de violência, um fenômeno triste e recorrente na história haitiana de muitas décadas, explicando ser a ocorrência dos chamados massacres, com destruição inteira de prédios, edifícios populares e de vizinhanças, que remonta uma prática de gestão da violência de décadas atrás, mas que se intensifica também nos últimos anos. Em diante, exemplifica essas situações como o massacre de La Saline e massacres na periferia do bairro de Cité Soleil, que são regiões que ao mesmo tempo estavam acostumadas com a presença de atores humanitários internacionais e locais, e que acabaram sendo afastadas ou hostilizadas. Relata que, para complementar o grande panorama que já foi trazido pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva e que seguramente será reiterado pelo Acnur, a noção do que acontece no terreno é relevante para que se possa entender a conexão entre o local e o global na tomada de decisão em relação ao Haiti. Ainda nessa dimensão, ressalta ser perceptível períodos longos de interrupção dessa prestação e acesso de atores humanitários e persistência da presença humanitária no local. Diz que vários desses processos são retomados, e que inclusive é importante verificar, de acesso público, essas manifestações de outros atores humanitários, como médico humanitário, por exemplo, reivindicando que outra ótica seja colocada na discussão que não apenas a segurança pública, porque existe uma dificuldade também de obtenção de financiamento para a presença desses atores. Esse é um contrapeso e que embora exista a presença desses atores humanitários, é em um ambiente muito delicado de atuação. Ademais, diz que é importante notar uma dimensão que ainda não fora trazida mas que pode ajudar a compreender essa

característica interna, que é a existência histórica e a intensificação recente e crescente de processos de deslocamento forçado internamente ligados tanto a atuação de atores violentos como por grupos armados que praticam a violência como forma de gestão territorial e disputa de conflito territorial, como também sendo resultado de sucessivos impactos de desastres socioambientais que afetam o país. Cita o último deles, alegando ter tido maior midiatização, o terremoto que atingiu o departamento sul e algumas outras unidades administrativas em agosto de 2021, o que teve ligação com um impacto global muito visível, que foi o aumento na movimentação de pessoas haitianas para a fronteira sul dos Estados Unidos, também muito visibilizado no fim do segundo semestre de 2021. Afirma que isso motivou a comissão a utilizar esse recorte temporal para reafirmar uma recomendação de proteção através da sua Resolução 02, de 2021, chamada "A proteção das pessoas haitianas em mobilidade humana solidariedade Interamericana", que tenta organizar certas regras com as quais a comissão está monitorando os processos de cooperação e está abrindo o diálogo com os estados. Diz esperar que este seja um momento de intensificação deste diálogo para que se possa pensar, demonstrar e implementar medidas que possam efetivamente estender essa solidariedade às pessoas haitianas. Relata que, como citado pela diplomata Sra. Maria Clara de Paula Tusco sobre o alerta emitido por autoridades americanas, é contrastante um estado contraindicar que seus nacionais visitem um país e, ao mesmo tempo, fazer devolução em massa ou devolução de pessoas para aquele país. Pontua que, em 2022, através de processos de coleta de dados da própria comissão, foi verificada a persistência de mecanismos de deportação sendo aplicados ostensivamente contra pessoas haitianas, bem como pessoas de outras nacionalidades e apátridas.

Desse modo, leva a uma última observação para que se tenha nuances, também já observadas pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva, dos reflexos do racismo estrutural na tomada de decisões em muitos contextos, que é a afetação continuada da vida por populações descendentes de pessoas haitianas, com nacionalidade ou naturalidade em outros países, e que tiveram sua nacionalidade cassada arbitrariamente, muitas delas devolvidas ou enviadas arbitrariamente para o Haiti, porque nunca estiveram e não compartilham um registro social de vida no Haiti. Afirma que isso costura um ambiente internacional em que se está efetivamente discutindo todos os recortes para encontrar a coincidência de fatores que permitam a tomada de decisão, com sustentabilidade política, institucional e de política pública. Relata que esses informes foram compartilhados com o próprio estado haitiano, reiterando que o mesmo existe, apesar dos questionamentos de legitimidade, e que tem um controle relativo de seu território, mas mantém uma representação com voz nos organismos internacionais. Informa que, como parte do multilateralismo, é importante chamar a atenção para as recomendações, colocadas textualmente na Resolução 02/2021, como a implementação de mecanismos de proteção mais profundos possíveis, inclusive o refúgio, seja na modalidade individual, que exige a identificação do ator de perseguição, seja através da utilização de mecanismos que possibilitam o reconhecimento, como a Declaração de Cartagena, e também mecanismos de regularização e flexibilização migratória, entre outros. Diz que é um dado familiar, e elogia o trabalho da área migratória do Ministério da Justiça, por estender essa simplificação documental para a reunião familiar de pessoas haitianas, o que também foi recomendado numa consulta que passou pelo próprio estado haitiano, que existe uma compreensão de que essas recomendações contribuem e podem aportar para a criação e o restabelecimento de um ambiente mínimo de proteção integral de direitos humanos.

Acrescenta que, de forma complementar às apresentações que já lhe antecederam, reitera a disposição da OEA, e discorre que hoje está sendo publicado, no conselho permanente da OEA, seu relatório anual sobre a situação de direitos humanos nas Américas, com informe sobre todos os países do continente. Novamente no caso do Haiti, trazendo os dados de 2022, diz que o relatório muito recentemente também reiterou a necessidade de uma tomada de decisão, em que os países possam ser líderes numa mudança de perspectiva que amplie especialmente essa relevante e também importante proteção da população da diáspora haitiana, bem como das pessoas que se deslocam e se deslocarão do Haiti em busca de proteção e de estabilidade em suas vidas. Finaliza agradecendo e dizendo que reconhece essa sessão como um importante passo para que se possa aprofundar o então diálogo, e que a comissão Interamericana de Direitos Humanos, juntamente com suas relatorias sobre o Haiti e sobre os direitos das pessoas em mobilidade humana, está à disposição para continuar esse processo de construção, agradecendo uma vez mais.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece ao Sr. João Guilherme Granja pela contextualização, dizendo ser possível ver essa percepção regional em relação ao que está acontecendo no Haiti. E então, passa a palavra para a Sra. Silvia Sander, do Acnur.

A **Sra. Silvia Sander** agradece cumprimentando a todos, e pede o apoio da Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros para projetar a apresentação, cumprimentando mais uma vez a presidente do Conare, e também a Sra. Tatyana Scheila Friedrich, o Sr. Paulo Illes e a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros. Adiante, diz que ficou com a difícil missão de tentar não repetir muito do que já foi dito, mas pensa que nesse contexto de análise de conjuntura, a repetição e a ênfase em alguns pontos servem também para mostrar que múltiplas análises vão resultando em conclusões similares.

Numa breve contextualização, ressalta que em 8 de março o Acnur apresentou um estudo de país de origem, que está aqui impresso, e diz que obviamente ficará à disposição de todos os membros e convidados do Conare, explicando que o estudo atualiza essa análise de conjuntura sobre a situação do Haiti e, no final, recomenda e entende que existe sim uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos enfrentada pelo país. Acrescenta que esse estudo serve como uma contribuição do Acnur, não só para as discussões do Conare, mas também como uma maneira de atualizar as posições das instituições e as estratégias, em última análise, para proteger e assistir essas pessoas. Comenta que muito do que irá dizer, se não tudo, já fora mencionado pelos colegas, mas que passar ponto por ponto talvez ajude a ilustrar literalmente o que foi dito.

Começa dizendo que é sabido que, entre 2010 e 2021, existiram no mínimo quatro eventos importantes, nomeados como desastres ambientais, que geraram uma situação de acentuação gravíssima da pobreza, insegurança alimentar e desnutrição. Em seguida, os separa em dois blocos principais, denominando ser os terremotos já mencionados, o primeiro ocorrido em 2010 que deixou mais de trezentas mil pessoas mortas apenas em Porto Príncipe e um milhão e quinhentas mil pessoas deslocadas e, mais recentemente, em 2021, um novo terremoto também de altíssima magnitude, que impactou mais de oitocentas mil pessoas, incluindo um número altíssimo de crianças. Pontua que esses terremotos geraram questões graves em relação à infraestrutura, como danos às casas, escolas e centros de saúde, além de questões graves de logística, como a interrupção de rodovias, desabastecimento de combustível e queda de eletricidade, agravando ainda mais o cenário mencionado pelo Sr. João Guilherme Granja, que era anterior e vai sendo enfatizado. Na sequência, alega que o Haiti também enfrentou dois furacões de maior destaque, deixando centenas de milhares de pessoas em necessidade, com privação de acesso à alimentação adequada, água e abrigo. Enfatiza que em 2012 houve o furacão Sandy, como ilustrado, que deixou mais de vinte e sete mil residências destruídas, mediante o agravamento de uma epidemia de cólera pré-existente. Diz que em 2016, como mencionado pela Sra. Maria Clara de Paula Tusco, o furacão Matthew surge com uma nova sequência de destruição de residências e um número altíssimo de pessoas em necessidade de assistência imediata, comentando que foi considerado que mais de oitenta por cento da economia nacional estava em ruptura, ou seja, em uma situação muito complicada. Relata que, como um triste saldo desse contexto, o que foi percebido do ponto de vista socioeconômico são quatro milhões e 700 mil de pessoas afetadas por insegurança alimentar e desnutrição gravíssima, segundo dado de 2022, e mais de setenta por cento da população vivendo abaixo da linha da pobreza, incluindo dezenove mil pessoas sofrendo de fome extrema e cerca de cinquenta por cento da população, hoje, vivendo com menos de um dólar e vinte e cinco centavos por dia.

Ademais, discorre que a tudo isso se soma um cenário de agravamento da crise política, destrinchando-o em cinco elementos principais, o primeiro deles sendo o já mencionado colapso do sistema político eleitoral, tendo em vista o assassinato do ex-presidente Moise em 2021, que fora um momento importante de agravamento. Prossegue citando que o primeiro-ministro assume interinamente, mas com uma série de questões e problemas enfrentados desde então. Por isso, argumenta que se considera que o país passa por uma ditadura de fato, com a ausência de uma representação política adequada e de novas eleições legislativas, tendo parlamentares da Câmara e do Senado, a essa altura, com mandatos expirados ainda não atualizados. Explana que a segunda característica do agravamento da crise sociopolítica é a também já

mencionada fragilidade das instituições judiciárias, destacando dois elementos: primeiro uma alta influência política no sistema de justiça, em particular nas decisões judiciais, e segundo as reiteradas violações do devido processo legal, incluindo extorsões, falsas acusações, detenções arbitrárias e ilegais. Cita que o terceiro elemento é a politização das forças de segurança, onde percebe-se o uso ilegítimo e excessivo da força, de modo que seja desarrazoada e desproporcional, incluindo tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, situações de tortura, detenções arbitrárias e outras formas graves de violações de direitos. Também menciona a ausência de controle efetivo por parte de autoridades civis e conflitos crescentes entre facções diversas, que acontecem não só na capital, mas ao redor do país. Expõe que o quarto elemento é uma agitação civil generalizada em protestos e outras manifestações públicas e, por fim, o último elemento, sendo um dos mais graves, a violência extrema de gangues armadas. Comenta que em relação a este último tópico, o que se percebe, a partir das fontes pesquisadas e compiladas pelo Acnur expostas no estudo de país de origem, é que hoje existe a atuação de cerca de duzentas gangues espalhadas ao redor do país, de modo que sua atuação tenha episódios graves, como o uso de violência sexual, sequestros, execuções, decapitações e mutilações como instrumentos de atuação violenta. Diz que também há disputas por zonas de controle e enfrentamentos decorrentes dessas disputas, além da presença estratégica em municípios que suscitem particular interesse do ponto de vista eleitoral e do patrocínio de oficiais do governo, portanto, corrupção, incluindo atores do setor privado. Esclarece, então, que há o fechamento de escolas, centros de saúde, mercados públicos e empresas a partir da atuação desses grupos. Seguidamente, afirma que se considera que atualmente sessenta por cento da capital Porto Príncipe está sob controle das referidas gangues, e menciona que o relato da Sra. Maria Clara de Paula Tusco em relação às dificuldades, riscos de sequestro e outras questões enfrentadas pelas próprias autoridades diplomáticas ilustram parte desse cenário. Também afirma que há o controle dos principais portos e pontos de entrada no país por parte desses atores, acrescentando, como já mencionado por várias fontes, relatórios e pelos membros Sr. Gustavo Zortéa da Silva e Sr. João Guilherme Granja, o controle de atividades econômicas essenciais como alfândegas, redes de abastecimento e distribuição de água, energia e combustíveis e serviços de transporte, resultando numa limitação gravíssima da possibilidade de assistência humanitária, não só na capital, mas ao redor do país.

Para finalizar, dá destaque a outros cinco contextos: 1. a dificuldade de acesso a documentos básicos de identificação, segundo estimativa de 2022, mencionando que 30% das crianças de 1 a 5 anos não dispõe de qualquer certidão ou documento de identificação oficial; 2. Restavèk, relacionado ao trabalho forçado de crianças, e complementa dizendo ser uma estatística igualmente triste, com trezentas mil crianças afetadas pelo trabalho forçado, ou seja, uma em cada criança no Haiti hoje estão em risco agravado de trabalho forçado; 3. explica que são temas relacionados à liberdade de expressão e perseguição, portanto, de jornalistas e defensores de direitos humanos; 4. cita o uso de violência baseada em gênero, em particular, violência sexual contra mulheres e meninas; 5. menciona sobre a violência específica ou agravada contra a população LGBTQIA+.

Caminhando para o final, diz que o Acnur reconhece que o Haiti já vivia um cenário de inúmeras e multifacetárias dificuldades, como também mencionado pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva, e por outro lado, entende que hoje o país atravessa, sem dúvida alguma, a pior situação humanitária e de direitos humanos em decorrência dos elementos nomeados nos critérios trazidos por Cartagena. Explica que dos cinco elementos, consideram 4 deles: violência generalizada, conflitos internos, violação maciça de direitos humanos, e outras circunstâncias que têm perturbado de maneira gravíssima a ordem pública do país. Declara que, por essas razões, ao entender do Acnur, é recomendável que o governo brasileiro reconheça uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no Haiti, argumentando que esse reconhecimento pelo Conare vai permitir, dentre outras questões, a adoção ou ampliação da boa prática já em curso, caracterizada por procedimentos simplificados em abordagem prima facie que, no entendimento do Acnur, favorecem três elementos. Explica que, em primeiro lugar e o mais importante deles, seria o fortalecimento de medidas de proteção já existentes em favor dessa população de maneira proporcional à gravidade do contexto que o país enfrenta; em segundo lugar, refere-se a maior coerência e harmonização, com medidas de proteção similares às que já foram adotadas em relação a outros países analisados pelo

Conare, citando também a coerência com o recentemente criado o programa de aceleração de políticas de refúgio para pessoas afrodescendentes; enfim, alega que do ponto de vista da eficiência processual, teria a possibilidade de redução mais rápida de endereçamento de resolução dos casos que já chegaram ao Conare. Demonstra que em 2021, sessenta e sete mil pessoas haitianas solicitaram refúgio ao redor do mundo, representando o quinto país no ranking mundial daqueles que mais apresentaram pessoas solicitando refúgio, e que só no Brasil, são dezenove mil processos de solicitação de refúgio pendentes de deliberação, o que hoje representa o segundo lugar no passivo de casos.

Adicionalmente e fazendo menção à fala da DPU, relata que no entender do Acnur o reconhecimento de GGVDH para a situação do Haiti é uma medida complementar às boas práticas e outras medidas de caráter humanitário que já vêm sendo adotadas pelo governo brasileiro. Portanto, relata que nesse contexto de complementariedade se oportuniza uma ampliação do nível de proteção para essas pessoas, agradecendo e parabenizando, logo em seguida, pela oportunidade de fazer esta discussão no Conare, além de aproveitar para agradecer aos colegas Diego, Isabella e Iara que ajudaram a preparar a apresentação. Finaliza dizendo estarem à disposição para seguir no debate e agradece mais uma vez.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Sra. Silvia Sander pelas considerações, apresentação e estudo do Acnur, dizendo que o documento também será compartilhado com todos os membros para uma análise mais detalhada do que a Sra. Silvia Sander trouxe para a plenária. Em seguida, passa a palavra para o Sr. Paulo Illes, para suas considerações.

O **Sr. Paulo Illes** inicia cumprimentando a todos, a Sra. Sheila Santana de Carvalho, a Sra. Tatyana Scheila Friedrich e a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, colega de coordenação, alegando ser um enorme prazer participar, pela primeira vez, da reunião do Conare. Analisa que para ele ficou mais difícil realizar a apresentação do que para a Sra. Silvia Sander, porque muito das questões que iria abordar da análise de conjuntura já foram expostas, de modo que irá passar bem rápido por estes temas, focando mais na portaria de reunião familiar. Comenta que o atual momento coincide com o processo de construção da política migratória, relatando que foi feito um processo de consulta e de diálogo com a sociedade civil e também um diálogo interministerial. Adiciona que disso foi tirada boa parte da reflexão que ele irá apontar, relatando que o contato com a comunidade haitiana no processo de construção da política foi muito importante para seu embasamento. Começa a sua fala reforçando a questão da instabilidade político-institucional no país. Em seguida pontua que a estimativa de haitianos morando no Brasil é de cem mil pessoas, havendo ainda subnotificação, e afirma que essa migração para o Brasil vai continuar pois é um dado, uma constatação. Afirma que há haitianos espalhados pelo país, mas a maior concentração está nas regiões sul e sudeste, e que existem vários problemas como exploração laboral no mercado informal, racismo, preconceito, falta de estrutura nas cidades de fronteira e falta de política migratória coordenada. Esclarece que essas questões vêm sendo tratadas na construção da política, e que ele esteve, nas duas semanas anteriores, em Nova Erechim, Santa Catarina, e depois em Cuiabá, declarando ser interessante observar como há a preocupação do poder local em participar do diálogo de acolhida dos imigrantes haitianos. Aponta que teve contato com algumas associações e que há também o desafio, no Departamento de Migrações, de se ter um mapeamento dessas associações de imigrantes para poderem atualizar os dados, bem como para que seja possível conversar com esses grupos, facilitando o acesso deles às informações.

Adiante diz que entraram em contato com a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), comentando que acha que a Sra. Sheila Santana de Carvalho esteve numa atividade com eles em São Paulo, e algumas outras associações, como a Associação Mawon, no Rio de Janeiro; Haiti Aqui, no Rio de Janeiro; União da Comunidade dos Estudantes e Profissionais Imigrantes (UCEPH), no Paraná; Associação da Integração Social (AINTESO), no Rio Grande do Sul; Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso (ADHIMI), dentre outros. Em continuidade, disse que o que essas associações apresentaram nos diálogos foi que eles estão em uma luta pela regularização migratória, que é o ponto central da presente reunião, bem como pela inclusão laboral, revalidação de diplomas, reunião familiar, combate a situações de racismo, preconceito e morte - inclusive houve vários casos de assassinatos de imigrantes haitianos nesses últimos anos -, acesso à educação, reconhecimento cultural e também a luta por moradia. Falando sobre a

situação documental dos haitianos no Brasil, pondera que é uma situação do conhecimento de todos, e discorre que hoje o grande gargalo é conseguir trazer os familiares e que, para isso, foram buscadas várias alternativas, incluindo o fretamento de avião, mas que acaba sendo extremamente oneroso para as famílias pois o custo é altíssimo. Pontua que talvez, com a autorização de residência, já que com o visto é possível sair por outros países, possa também baratear esse custo. Logo após, passa para a reflexão sobre a portaria de reunificação familiar para haitianos, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar para nacionais haitianos e apátridas com vínculos familiares no Brasil, cujo objetivo é viabilizar a reunião familiar para haitianos, garantida na lei nº 13.445/2017, artigo 37. Passa por algumas questões práticas sobre a implementação, dizendo estarem à disposição para quem tiver sugestão, já que ainda estão construindo o sistema, e explica que a solicitação será realizada via formulário Sei na página web do Demig. Continua a explicação dizendo que quando a autorização for aprovada pelos analistas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública enviará uma comunicação para o Ministério das Relações Exteriores para autorizar a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe a conceder o visto temporário para fins de reunião familiar, referenciando o que a Sra. Maria Clara de Paula Tusco falou em sua apresentação. Depois diz que o MRE comunicará o familiar do chamante residente no Brasil, que deverá solicitar a emissão do visto junto à embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Explana que depois da chegada no Brasil, o imigrante detentor do visto deverá registrar-se na PF em até noventa dias após o seu ingresso no território nacional, solicitando a emissão da sua Carteira Nacional de Registro Migratório. Relata que, neste formato, o familiar se apresentará apenas duas vezes: para deixar o passaporte e depois para retirar; que isso aliviaria as idas e vindas até o serviço de emissão de visto no Haiti.

Em seguida apresenta as documentações exigidas, dizendo que não irá ler uma por uma, mas declara que foram flexibilizadas ao máximo, de modo a dar várias possibilidades para que consigam, de uma forma mais prática, juntar documentação que comprove o vínculo familiar, ao passo que também haja compromisso através das declarações do chamante e do chamado em relação a antecedentes criminais e questões que tenham implicações legais, como casos de documentos falsos. A seguir apresenta a proposta de formulário e os campos de preenchimento, comentando que essa semana a Ir. Rosita Milesi já tinha o telefonado preocupada com este formulário, e por isso fez questão de trazê-lo, além de que se alguém tiver sugestão já poderia mandar. Complementa citando alguns dados requeridos, como nome completo, filiação, nacionalidade e data de nascimento, e que haviam estudado o formulário da Polícia Federal e também da Coordenação-Geral de Imigração Laboral - CGIL. Ainda perpassando pelos modelos do formulário, cita um com os dados do chamado, da prioridade do pedido e as declarações de veracidade das informações e documentos, que são muito importantes porque essa análise documental será feita por uma equipe de analistas do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diante diz que foi criado um e-mail específico, que já está operando, que é [cgpmig.reuniaofamiliar@mj.gov.br](mailto:cgpmig.reuniaofamiliar@mj.gov.br), para o recebimento de solicitações de informações sobre o tema. Relata que há muita expectativa e muita preocupação. Expõe que haverá a organização de três capacitações abertas com o objetivo de explicar o funcionamento deste processo. Informa que uma ocorrerá no dia 8 de maio das 10h às 11h30, outra no dia 9 de maio das 14h às 15h30, e outra no dia 11 de maio das 16h às 17h30, especificando que a ideia é fazer em dias e horários diferentes para que todos possam participar. Por fim, pergunta se a Sra. Tatyana Scheila Friedrich gostaria de fazer algum comentário.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** cumprimenta a todos dizendo que irá falar muito rapidamente. Relata que está em Brasília desde o dia 30 de dezembro e suas crianças e marido não a acompanharam, estando ainda em Curitiba. Comenta que hoje está indo para lá por conta do feriado e confessa que acordou com um sorriso e pensou “que bom, hoje vou para casa, vou encontrar com a minha família!”.<sup>[2]</sup> Relata que eles estão muito bem em Curitiba, numa casa bacana, as crianças frequentando a escola e que o marido é um superpai. Explica que está contando uma questão tão pessoal para imaginarem a situação de uma pessoa que está aqui no Brasil e seus filhos, pais idosos e irmãos estão em outro país, num país com uma situação igual a do Haiti que todos falaram tanto, onde a UNICEF garantiu que a violência hoje está totalmente focada em mulheres e crianças, que são vítimas de assassinato, de estupro e de todo tipo de violação de direitos; um país em que as crianças estão com altíssimo nível de desnutrição e insegurança alimentar. Citou que muito se falou sobre o terremoto de 2010, mas o de 2021 destruiu metade das unidades de saúde do país,

sendo que trezentos escolas também foram destruídas, enfatizando que elas não podem sequer ser reconstruídas, dado o grau de destruição completa. "Imagine você saber que a tua família se encontra nessa situação".[3] Argumentando sobre crianças com deficiências e neurodivergentes, diz que ficam totalmente sem assistência porque no Haiti não tem absolutamente nenhuma política de inclusão, sem contar a falta de acesso à água potável e saneamento básico. Complementa refletindo sobre a possibilidade da pessoa estar sofrendo pelo trauma inerente à migração e ao refúgio que, não conseguindo ter uma vida boa pessoal no Brasil, ainda tem conhecimento de que seus familiares estão numa vida muito pior em seu país de origem. Expressa achar que é desumano e cruel de suas partes não garantir o direito da reunião familiar, ponderando que é um direito, não um favor, uma liberalidade ou uma cordialidade, mas um direito da reunião familiar. Alega que foi isso que os sensibilizou e que estão desde o início tentando negociar, tencionando com outros ministérios e forçando para que isso seja feito, chegando até a referida portaria. Considera que não é a panaceia, ou seja, não irá resolver [totalmente] e que é muito claro, mas foi a alternativa encontrada. Ilustra que a questão fora pensada refletindo onde estão os gargalos da reunião familiar hoje, concluindo que está na documentação, e então pensaram em limites, dentro da lei, que permitissem relativizar a documentação. Sobre os gargalos da documentação no Haiti, diz que um deles é o deslocamento dentro do país, comentando que há uma média já estabelecida demonstrando que as pessoas vão quatro vezes no BVAC para cada solicitação de visto. Então relata que foi pensado como eliminar esse trânsito lá dentro uma vez que as gangues estão dificultando o deslocamento interno, e chega na proposta do sistema on-line. Dessa vez reflete como iria se dar a garantia da documentação, pontuando que alguém que está no Brasil e que tem o parente no Haiti vai se comprometer com a regularidade dessa documentação, de modo que comprove que reside aqui mediante um comprovante de endereço. Diz que dessa forma não haverá nenhum problema com relação a pessoas em aeroportos, pois o parente irá garantir a possibilidade de acolhimento. Com relação aos custos, que é um problema, discorre que se eliminará qualquer tipo de custo trazendo a responsabilidade para o DEMIG, já que não existe outro espaço para assumir tal questão. Pondera que talvez não haja estrutura nem funcionários, mas que irão dar um jeito, haja vista que diante dessa realidade afirma que não dá para simplesmente cruzar os braços. Acrescenta que gostariam que mais entes governamentais estivessem participando, mas foi o que conseguiram e essa é a proposta. Comenta que estão em período de adaptação, que foi colocado 30 dias de prazo justamente porque, até o último dia da publicação da portaria, houve negociação dos termos, então nada está ali por acaso e que estão muito ansiosos para que essa situação seja resolvida, mas são necessários esses 30 dias para que organizem tudo. Diz que a intenção é de que os avanços continuem acontecendo e diz que o Sr. Paulo Illes e a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros os ajudaram na construção e que conta com todos para auxiliar, principalmente na multiplicação das informações. Finalizando, agradece a todos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Sra. Tatyana Scheila Friedrich pelas colocações e diz que todos estavam muito ansiosos para entender melhor como irá funcionar, acrescentando que fica muito feliz porque foi possível avançar. Saúda o DEMIG por essa iniciativa que já direciona um caminho para tentar atender às demandas da população haitiana, ressaltando que é algo muito importante que se tem a celebrar. Cita que foi destacado em algumas das falas, não lembrando qual exatamente, que se estava num nível muito alto de judicialização da situação de reunificação familiar, o que os colocava em um nível muito grande de instabilidade, considerando o conservadorismo e as dificuldades que existem dentro do poder judiciário. Expõe que o direcionamento por parte do Ministério da Justiça, com o Ministério das Relações Exteriores, vai fazer com que se consiga ter respostas mais concretas, efetivas e padronizadas, o que era muito importante para conseguir, de fato, atender esta população. Em seguida, comenta que ainda se tem alguns minutos de reunião e abre a palavra para considerações da plenária. Diz que no momento já se tem 2, 3 inscrições, solicitando que mantenham a brevidade e declarando que o primeiro a falar será o Sr. João Guilherme Granja e depois a Ir. Rosita Milesi.

O **Sr. João Guilherme Granja** inicia dizendo que irá falar muito rapidamente para saudar, novamente, esta iniciativa brasileira, ressaltando que é um marco e que só existe outra iniciativa parecida nas Américas, contextualizando que funciona parecido, mas não tem essa sensibilidade no discurso e no cuidado com a reunião familiar. Ressalta que o Brasil, para ser construtivo, tem feito um discurso que evita qualquer sombra

de criminalização da migração, e que o contexto americano é uma Humanitarian Parole, que é o mesmo termo para estar em condicional e para ser liberado de uma possível detenção. Compartilha que acha importante que se consiga aprender com esses espaços institucionais, contando que no referido caso foi gerada uma resposta muito grande, com o programa anunciado em janeiro de 2023 e efetivamente implementado alguns dias depois. Discorre que gerou no território do Haiti uma escassez de passaportes, chamando atenção para que o Brasil se prepare para isso, e continua dizendo que rapidamente o estado haitiano havia sido mobilizado pelas autoridades Americanas, antes do início dessa política, e ampliaram a sua capacidade momentaneamente de produzir passaporte, o que também foi superada pela grande demanda da comunidade haitiana nos Estados Unidos. Conclui que é apenas para que se antecipe a possíveis futuros efeitos no Brasil e também colocar, novamente, a comissão Interamericana, com a relatoria para pessoas em mobilidade, à disposição para fazer outras trocas e diálogos que possam ser construtivos no interesse do estado brasileiro. Por fim, agradece.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** o agradece de volta e passa a palavra para a Ir. Rosita Milesi.

A **Ir. Rosita Milesi** agradece à presidente e diz que tocará três pontos rapidamente para não se estender muito. Em primeiro lugar, cumprimenta pelo tema da reunião, o qual possui tantas contribuições estando tão aberto para ser debatido e refletido, e diz que foi uma grande providência chamar vários atores, como o Acnur, ministérios e a própria posição do presente Ministério da Justiça trazida pelo Sr. Paulo Illes e pela Sra. Tatyana Scheila Friedrich, ressaltando que é um grande momento e que gostaria de agradecer e cumprimentar. Em segundo lugar, agradece também os elementos que fundamentam aquilo que se está defendendo em relação ao Haiti, porque os estudos apresentados trazem elementos para entender que se trata de um país que está, em suas palavras, sem dúvida, na pior situação de um país no âmbito da América Latina e Caribe. Relata não ser novidade que o Haiti esteja na pior situação pois ele quase sempre esteve, comparado com os demais países, numa situação extremamente precária, mas que atualmente essa situação é realmente grave. Alega que não irá se ater a levantar elementos porque já foram trazidos, e por isso agradece e diz que isso vem confirmar uma preocupação que a sociedade civil vive há bastante tempo, justamente por estarem, parafraseando a fala do Sr. Paulo Illes, em contato diário com os haitianos, tendo acompanhado desde 2010/2011 suas trajetórias.

Continua relatando que foram bem recebidos no Brasil na época, que eram trabalhadores e apreciadores da realidade brasileira, mas com o tempo a situação vai se agravando de modo que estejam sofrendo situações que realmente devem ser pensadas para prestar apoio e superá-las, uma delas sendo a reunião familiar. Em terceiro lugar, comenta que trará situações concretas em relação àquilo que teoricamente foi apresentado. Conta que no final do mês de março houve uma reunião de todos os países da América Latina e Caribe de uma rede que se chama “Rede Clamor Latino Americana e Caribenha”, explicando que é uma organização da igreja a qual pertence que trabalha com os temas dos migrantes, dos refugiados e do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Pontua que nesta reunião foram debatidos vários temas da missão e o Haiti não esteve presente e, em seguida, cita a fala onde o secretário executivo da rede resumiu tal situação: “A Rede Clamor Latino Americana e Caribenha tem representantes Jesuítas e uma comunidade de irmãs Juanitas no Haiti. Eles(as) estão seriamente afetados em suas possibilidades de ação devido à sequestros, ameaças, ataques e forte ação de gangues. Inclusive o serviço jesuíta a refugiados já foi saqueado por uma gangue. Vivem com temor a ponto de às vezes nem saírem de casa.”<sup>[5]</sup> Diz, mais uma vez, que isto foi na reunião latino-americana. Continua contando que, no início deste mês, houve uma outra reunião/seminário também em âmbito de América Latina e Caribe e, como era online, a comunidade de irmãs do Haiti participou. Relata que elas expressaram claramente que praticamente já não saíam de casa porque não tem segurança nenhuma, que já tiveram irmãs sequestradas e tiveram que lidar com essa situação concreta. Comenta que as irmãs manifestaram, nessa reunião, temores e medos pela impossibilidade, que não era só temor, pois o temor às vezes é enfrentado por amor a missão, mas quando não há mais possibilidade, porque não tem a quem reclamar, não tem a quem recorrer, não tem como solucionar, realmente acabam-se as possibilidades. Afirma que essas irmãs, também de outros países que estão colaborando, manifestaram tristeza por estarem vivendo a situação de não conseguirem cumprir sua missão e não conseguirem colaborar, assim como outros

religiosos com quem teve contato, que já trabalharam no Brasil, voltaram para o Haiti e agora vivem praticamente cerceados.

Descreve um outro caso concreto, desta vez sobre reunião familiar, a respeito de um senhor que mora no DF e está no Brasil há doze anos. Conta que ele está muito bem financeiramente, já trabalha há muito tempo e está com uma vida autônoma e, quando veio, trouxe um dos filhos, mas deixou um menino lá com cinco anos de idade. Reitera que faz doze anos que ele está no Brasil e, até hoje, não conseguiu trazer esse segundo filho, enfatizando que sabe disso porque já tiveram vários momentos em que ele tentou comprar passagem, providenciou, mas não conseguiu. Depois disso, conta que quando veio a questão da ação na justiça, ele fez a ação, tem a liminar e também não conseguiu, além de ter comprado passagem duas vezes e, uma vez mais, não conseguiu trazer o filho que deixou com cinco anos e que agora já está com dezessete. Narra que o pai está bem aqui e o filho está vivendo com o primo que cuida dele desde os cinco anos porque não tem outros familiares, ao passo que o pai já viajou para os Estados Unidos, vai volta com um visto regular, está regular no Brasil, tem uma boa situação, e não conseguiu trazer esse filho. Portanto, alega que quis trazer esses exemplos concretos porque acha que de suas partes o que se pode agregar é aquilo que eles vivem, pois, em termos de informações, já fora bastante amplo. Diz que é uma satisfação agora estar vendo uma porta realmente aberta para viabilizar a questão da reunião familiar, colocando que sabem e gostariam de expressar que há bastante etapas a superar, porque a questão da viabilização do processo é fundamental, e que essas etapas seriam a questão da capacidade da embaixada de lá e outras circunstâncias. Entretanto, pede que não parem só na viabilização do processo pois ele já houve, e depois pode não haver a capacidade de gestão no Haiti, não se realizando o trabalho.

Discorre que, com relação à situação do Haiti, não precisa mais trazer grandes exemplos pois todos já sabem como está, e então manifesta seu agradecimento por essa oportunidade, além de se oferecer para conduzir o processo, relatado pelo Sr. Paulo Illes, e discutir a questão prática, porque às vezes um detalhe que eles sabem no dia a dia pode ajudar com a resolução de uma maneira realmente viável. Caso contrário diz que às vezes pode acontecer de acabarem exigindo algo que inviabiliza, ressaltando que gostariam sim de contribuir, e agradece dizendo que parece haver uma abertura nesse sentido para que se torne mais viável. Por fim, comenta que é sabido que o Haiti também tem um problema de não ter mais voos que saem de lá, o que dificulta muito, e explica que os haitianos têm que conseguir o visto para o Brasil mas, para isso, tem que fazer o visto para a República Dominicana ou para o Panamá. Acrescenta que, evidentemente, o Brasil responde por todo o âmbito que lhe compete e não pode responder pela República Dominicana porém, propõe terem nesse conjunto uma sensibilidade de ver como irá ser feito para que, pelo menos a reunião familiar, seja realmente viabilizada e que sejam realmente uma força real e prática para alcançarem isso. Encerra agradecendo.

**A Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Ir. Rosita Milesi, expondo haver mais duas inscrições presenciais e três inscrições online. Diz que gostaria de encerrar as inscrições na fala da Sra. Silvia Sander, portanto, quem mais quiser se inscrever este é o momento, e passa a palavra para a Sra. Silvia Sander.

**A Sra. Silvia Sander** agradece e diz que será breve, parabenizando mais uma vez pelo tema discutido. Diz achar que não existe outra maneira de ampliar a proteção e o apoio a essas pessoas, fora e dentro do Brasil, sem colocar em pauta e sem olhar para o que está acontecendo, inclusive para o desafio de integração que essas pessoas têm aqui e recontextualizar as estratégias das instituições e das redes de apoio. Agradece também a Sra. Tatyana Scheila Friedrich por ter lembrado, em seu relato pessoal, que o direito à reunião familiar é um direito humano, e diz que um dos mecanismos para a realização dele é justamente o que está sendo feito agora: criar novas estratégias para a reunião familiar com saídas criativas dentro das capacidades institucionais que cada setor, cada Ministério e cada ator possui. Afirma que estão à disposição, mesmo os colegas em campo que estão trabalhando com associações e comunidades haitianas, a essa altura, principalmente no estado do Amazonas, solicitando que os convoque, assim que houver o passo a passo sobre como fazer os pedidos a partir do chamante, para criar uma campanha de informação. Reafirma que ficam à disposição para usar a estrutura do Acnur para difundir a informação, ajudar a pensar, dentre outras iniciativas, como pensar maneiras operativas para reforçar as capacidades da coordenação, entendendo o

tamanho do desafio. Finaliza recolocando o seu compromisso e parabenizando mais uma vez, e comenta que, vendo a Ir. Rosita Milesi emocionada, não é difícil estar emocionada para quem acompanha isso há tanto tempo e vê os avanços em um novo momento agora. Por fim agradece.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Sra. Silvia Sander e passa a palavra para o Sr. Alex André Vagem.

O **Sr. Alex André Vargem** agradece a Sra. Sheila Santana de Carvalho e os demais colegas do Conare, parabenizando e felicitando as iniciativas, as excelentes explicações e os contextos, acrescentando que é uma honra para o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania compor o Conare junto com os demais ministérios, organizações da sociedade civil e o Acnur, colocando que irão trabalhar juntos para construir uma melhor política. Referente ao contexto, lembra que os fenômenos que ocorrem no Haiti estão atrelados ao fato de ser a primeira nação independente da América Latina, composta por pessoas negras e todo um histórico pós-colonial e de Independência, que paga um preço alto justamente por esse passado. Pontua que a comunidade haitiana no Brasil é multifacetada, com diversas associações de imigrantes haitianos espalhadas pelo país, sobretudo nas grandes metrópoles, e levanta a hipótese de que em São Paulo, como existem diversas comunidades haitianas de diferentes associações, só na grande São Paulo existem mais de sete associações, talvez seja uma micro reprodução da realidade do Haiti, ou seja essas diferenças do ponto de vista político que se reproduzem também no Brasil. Pontua que é algo interessante de se observar sobre a divisão das comunidades haitianas que acontece lá e como isso reverbera no Brasil, sobretudo nas grandes metrópoles. Seguidamente comenta sobre os fluxos e refluxos da diáspora haitiana, alegando que existem muitos haitianos chegando e, por outro lado, também estão saindo para outros países mesmo com a documentação, e também disserta sobre os entraves referentes às adversidades do racismo estrutural brasileiro, dizendo que o racismo também é um motivador que faz com que as pessoas negras na condição de imigrantes saiam do país. Por fim, confirma a data da próxima plenária do Conare, que será dia 18 de maio, coincidentemente também o Dia da Bandeira do Haiti, que carrega a frase “a união faz a força”, alegando ser um dia simbólico sobretudo em vista do que está sendo discutido hoje. Encerra agradecendo a todos os colegas.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala do Sr. Alex André Vargem dando boas-vindas a ele e dizendo que será muito bom contar com as suas contribuições na plenária. Em seguida passa a palavra para as inscrições online, a primeira sendo da Sra. Niusarete Margarida de Lima do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

A **Sra. Niusarete Margarida de Lima** deseja um bom dia a todos e todas e agradece pela oportunidade, dizendo que todas as informações discutidas no âmbito do Conare são muito ricas para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e que é muito gratificante estar participando como ouvinte, colaborador e contribuinte. Aponta que trabalha na área de direitos humanos quase a vida inteira, então fica bastante emocionada, como a Ir. Rosita Milesi, de ver os encaminhamentos que estão sendo dados e esse novo olhar dado pelo Conare para essas pessoas que estão no país e que precisam trazer os seus familiares. Afirma que uma família unida tem mais tranquilidade para trabalhar e para mudar de vida, e que é muito doído, como a Sra. Tatyana Scheila Friedrich colocou, estar longe da família. Diz que quando se consegue buscar medidas e soluções para uma realidade presente no país, essas famílias vão se sentir mais seguras e realmente acolhidas, como é o objetivo do Brasil. Reforça que está agradecida e se coloca à disposição para contribuir em algumas pautas, além de estar bastante feliz porque com as informações, quando vêm mais amplas no âmbito do Conare, fica muito mais fácil para quem trabalha na execução de políticas, principalmente de acolhimento, de apoio e de proteção social com o conhecimento da causa. Reitera que, como fora trazido uma série de informações, fica muito mais fácil se pensar em alternativas de proteção social dessas pessoas e agradece a todos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Sra. Niusarete Margarida de Lima também dando boas-vindas e dizendo que será muito importante contar com suas contribuições. Comenta que ela tem liderado a coordenação da Operação Acolhida, que são desafios constantemente trazidos para a plenária do Conare. Aproveita para comunicar aos membros que essa semana estarão em mais uma missão do SUFAI - Subcomitê

Federal de Acolhimento e Interiorização, em Roraima, para ver a realidade na ponta da fronteira. Complementa dizendo que com certeza continuará compartilhando o que se tem construído por lá com todos os membros.

Em outra observação, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** expõe que na semana que vem quatro membros do Conare estarão na operação acolhida: ela mesma, a Sra. Sheila Santana de Carvalho, a Sra. Maria Clara de Paula Tusco e a Sra. Clarissa Teixeira Araujo do Carmo, portanto diz que o Conare estará muito bem representado, incluindo também a Sra. Niusarete Margarida de Lima que é “onipresente”.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e diz que vai ser importante ter essa máxima participação de membros do Conare na missão da Operação Acolhida, passando a palavra para a próxima inscrição, do Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva, do Ministério da Igualdade Racial.

O **Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva** começa cumprimentando a todos e agradecendo pela oportunidade de compor esse colegiado tão importante para as políticas públicas que dizem respeito a refugiados, migrantes e apátridas. Declara que o Ministério da Igualdade Racial prontamente atendeu a provocação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na condição de um Ministério recriado após seis anos de destruição das políticas de igualdade racial, entendendo o papel que também possuem enquanto unidade de execução, elaboração e avaliação dessas políticas para a população negra do Brasil no debate sobre essa temática. Afirma que compor a esse colegiado honra muito a eles, e que a ministra Anielle Franco saúda a presença e a importância do Conare na condução brilhante que tem feito neste começo de governo. Diz que sobre a situação específica do Haiti, se colocam à disposição também para discutir como o MIR pode atuar mais efetivamente no atendimento aos refugiados, e que há um desafio importante quanto ao Ministério que além de produzir políticas públicas para a população negra do Brasil, dá conta de atender o contingente grande de negros e negras refugiados, migrantes e apátridas, e notadamente os do Haiti se encaixam nesse público diante das características que se conhece do país, que possui mais de 90% de pessoas negras. Profere que as violações de direitos humanos graves as quais essas pessoas estão submetidas também se expressam pela sua condição racial, e que há muito interesse de contribuir tecnicamente, colocando a equipe do MIR à disposição. Apresenta que é o diretor de políticas de combate e superação do racismo e que, portanto, essa é uma pauta prioritária para eles. Conclui dizendo que gostaria de fazer essa fala e, no campo do agradecimento, se coloca a postos para os chamados do Conare e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por fim agradecendo.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e dá boas-vindas, dizendo que também vai ser fundamental a participação do Ministério da Igualdade Racial no Conare que estão construindo a partir deste ano, e passa a palavra para o Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão, da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

O **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão** diz que será rápido e apresenta que há muitos anos vem acompanhando, como Cáritas do Rio de Janeiro, a realidade do Haiti de uma forma muito prática porque, como a Ir. Rosita Milesi já lembrava, as pessoas do Rio de Janeiro, de vários grupos da igreja, estão trabalhando lá em hospitais e outros atendimentos. Afirma que a cada dia se sente a necessidade das pessoas para que os recursos cheguem lá, pois as informações que vem chegando é que, se é mandado recursos na forma material, muitas vezes eles não conseguem chegar aos lugares de atendimento das pessoas porque são desviados por todas essas gangues já comentadas nas exposições, agradecendo ainda mais a todos que puderam fazer isso. A seguir, conta que se os recursos são enviados e esse trabalho é feito diretamente junto à Cáritas do Haiti ele também custa chegar porque não há onde comprar as coisas. Diz que a dinâmica dos processos econômicos de lá estão tão agravadas que, mesmo mandando esses recursos, chegando lá, não se tem como viabilizá-los. Alega estar muito feliz com a possibilidade de trazer de volta de trazer para junto e abrir os caminhos, e cita mesmo com todos os cuidados que o Sr. Alex André Vagem lembrava por conta das gangues que também se fazem representar em quem vier para cá, mesmo com essa realidade o trabalho de acolhimento e de integração das famílias é algo fabuloso o que precisa ser um processo em conjunto. Destaca que se hoje tivessem que decidir alguma coisa em relação ao Haiti, o seu voto seria favorável a que houvesse um trabalho firme para trazê-los e abrir espaço para que encontrem um lugar onde a humanidade possa ser facilitada, mesmo que aqui se encontre vieses, lembrando a fala

do **Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva**, da questão racial e outras tantas que vão aparecendo no Brasil. Acrescenta que ainda assim é uma terra com democracia, com acolhimento e com possibilidade de futuro para essas pessoas tão tristemente pesadas e carentes de uma necessidade maior e de uma realidade mais humana que os possa fortalecer.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala do Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão e passa a palavra para o defensor Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** agradece e faz uma saudação a essa iniciativa de hoje, alegando não recordar, na história recente do Conare, ter sido adotada uma dinâmica tão rica assim, explicando que antes vinha primeiro a nota técnica e a discutiam, agora, há oportunidade de debater uma conjuntura antes de iniciar o trabalho em direção à GGVDH, e isso é bastante salutar. Seguidamente, cita que queria pedir à coordenação geral e à presidente que se pudesse sair com algum encaminhamento concreto sobre a questão da GGVDH, sugerindo algum plano de trabalho para elaboração de nota técnica ou de pesquisa pela coordenação geral. Observa que seria lindo no dia 18 de maio, Dia da Bandeira do Haiti, que é uma das principais datas para os haitianos, se reconhecer uma GGVDH, concluindo que seria muito simbólico. Cita que, de qualquer maneira, acha que seria importante ter um encaminhamento concreto dos próximos passos, seja iniciar um estudo por parte da coordenação e depois delimitar mais ou menos uma data para eventual deliberação, e diz que é a esperança, principalmente das pessoas que contribuíram com esses estudos, poder sair da reunião com um norte concreto dos próximos passos, talvez caracterizado num plano de trabalho. Afirma entender que hoje não conseguem definir datas, mas que talvez depois a coordenação geral possa apresentar um cronograma de acordo com as suas possibilidades, finalizando dizendo que é o pedido que a DPU deixa no final da reunião.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece, diz que passará a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e depois realizará o fechamento.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** começa explicando o racional por trás de terem proposto a discussão do tema do Haiti. Diz que entende que discutir a temática hoje demonstra muito do que se propõe a trabalhar no Conare, na CG-Conare, e na própria Secretaria Nacional de Justiça desde o começo do ano. Explana que querem que o Conare seja um fórum de discussões mais aprofundadas: sobre conjuntura, situações e soluções criativas, como mencionado por algum dos colegas que se manifestou anteriormente, a respeito da situação migratória brasileira como um todo, não ficando apenas focado na discussão dos processos individuais que, obviamente, são muito importantes. Mas que um Comitê, continua dizendo, com uma presença tão diversificada, um histórico tão rico, uma apresentação rica de membros dos variados setores do governo e da sociedade civil, consiga também contribuir na construção e no pensamento da situação migratória brasileira. Afirma que querem que o Conare seja um locus de referência sobre as discussões atuais dos temas de refúgio no Brasil e no mundo, e que acredita que irão trazer outras discussões nesse sentido, ainda que elas não necessariamente se transformem em uma resolução normativa, uma nota técnica ou uma proposição do Conare, pois acredita que só enriquecer a discussão e trazer os assuntos para a pauta é muito salutar, e ajuda que os julgamentos e decisões dos casos concretos sejam feitos com maior conhecimento de causa e maior profundidade de análise. Em seguida, destaca que a questão do Haiti é um bom exemplo prático de como se está construindo a política nacional de migrações, refúgio e apatridia no Brasil, que é uma discussão coletiva, uma visão e a análise holística de toda a situação, identificando possíveis soluções migratórias para um caso concreto, e parafraseia a fala do Sr. Paulo Illes dizendo que a migração de haitianos para o Brasil é um fato há mais de dez anos. Comenta que as migrações são, por sua essência, fenômenos complexos, dinâmicos e estão sempre mudando, por isso, a resposta do governo precisa se adaptar à evolução da conjuntura dos países. Nesse sentido, coloca que estão buscando sempre soluções que melhor respondam aos problemas concretos atuais do público que estão atendendo e servindo. Citando a fala da Sra. Tatyana Scheila Friedrich, diz que essa foi a proposta que conseguiram neste momento, que estão abertos a ver se ela vai funcionar e, se precisar ser aprimorada, irão trabalhar com isso. Diz que, ainda que não seja uma demanda especificamente de refúgio, está naturalmente ligada ao público-alvo do Conare, não só porque os processos estão aqui, mas porque as políticas terminam sendo muito transversais,

principalmente quando se pensa a integração local, integração laboral, ensino de português como língua de acolhida e tantas outras demandas. Declara que a questão do Haiti também é uma demonstração do esforço conjunto do governo federal, ressaltando o esforço conjunto feito pelo Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores de encontrar uma solução possível, factível e prática para um problema que aflige a todos - por exemplo, uma dificuldade operacional momentânea, quer seja da embaixada, quer seja do DEMIG -. Expõe que, juntos, conseguiram pensar uma solução em que poderiam ser melhor utilizados os recursos do governo brasileiro como um todo para solucionar um problema que é “nosso”, afirmando que é uma política do governo federal brasileiro encontrar uma solução. Reitera que foi um trabalho conjunto e ele continuará sendo exercido em conjunto, cada um com suas atribuições e divisões, mas sempre em conversa para que seja harmonizado e feito de forma alinhada por todos os setores. Por fim, agradece a presença de todos e saúda os novos membros e colegas que se juntaram à plenária, além de enfatizar que tentou a máximo seguir a sugestão do padre Marcelo de manter as reuniões nos dias acordados para possibilitar, sempre que possível, que os colegas que não estão em Brasília venham presencialmente. Conclui agradecendo e devolvendo a palavra para a Sra. Sheila Santana de Carvalho.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e disserta que é muito importante, dentro do que se tem tentado combinar e repactuar desde o começo do ano a nova gestão do Conare, usar esse espaço de uma forma mais estratégica possível, se aproveitando desse diálogo interministerial que possa direcionar não só as decisões políticas tomadas pelo Conare, nem só aprimorar as análises e olhares sobre os casos que se tem como desafios em relação à questão do refúgio, mas também usar isso como um espaço de construção de políticas públicas efetivas para aprimorar a sistemática de acolhimento humanitário no Brasil. Diz que está muito feliz com a nova composição que se tem formado e está se estabelecendo para os próximos meses e, espera, que nos próximos anos também como um desafio. Afirma que é fundamental essa inversão destacada pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva, sendo importante usar esse espaço para um debate mais qualificado e profundo. Pondera que não teriam como avançar em relação a essa questão se não houvesse tido esse debate de uma forma prévia, e saúda os membros Sra. Michele Corbi, do Ministério Público Federal, Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia, do Ministério de Portos e Aeroportos e Sra. Roseli Teixeira Alves, do Ministério da Educação, que participaram online e também se posicionaram em relação à questão dos direitos humanos do Haiti no chat, alegando que irão formando caminhos para se ter uma decisão mais qualificada.

Comenta que é a primeira presidente negra em vinte e cinco anos de Conare, portanto não teria como não se sensibilizar com o debate colocado em relação ao Haiti, e pontua que se posicionar em relação ao Haiti e lutar pelos direitos humanos do Haiti é uma ação humanitária de resistência ao colonialismo e ao racismo, elementos presentes não só naquele país mas também no Brasil, que tem a lidar diariamente com os desafios em relação à colonização e seus efeitos até hoje, além do racismo que persiste e estrutura a sociedade. Acrescenta que falar do racismo e dessa colonização no Haiti também é uma medida extremamente importante para que se avance no desafio global, que é o enfrentamento desses elementos que causam tanta destruição em tantos outros países e destruição em tantas outras vidas. Reafirma estar bem emocionada com o que foi trazido nesta sessão e que é uma situação que a sensibiliza de muitas formas diferentes. Menciona acreditar que é possível criar um encaminhamento e direcionamento para que a Coordenação-Geral do Conare, a partir dessas contribuições, formule um parecer para que possam, enquanto comitê, avançar nas discussões dentro do que foi proposto e destacado pelos membros e dentro dos desafios que possuem. Diz que se sabe que a possibilidade da acolhida de haitianos como refugiados é só uma parcela dentro dos desafios que possuem a nível de cooperação internacional em relação ao Haiti, e que o que cabe ao Comitê Nacional para os Refugiados não necessariamente é suficiente para dar conta dos desafios que existem hoje no país, como muito bem exposto pelos palestrantes, mas é uma sinalização de que há uma mão amiga que possa ser estendida nesse momento tão grave de crise que vive o Haiti. Direciona o pedido especificamente à Coordenação-Geral do Conare para que formule o documento referido para que possam desbravar nas próximas seções. Em seguida, agradece imensamente a todos que contribuíram com os estudos e análises da conjuntura, e saúda, mais uma vez, o Departamento de Migrações, na pessoa da Sra. Tatyana Scheila Friedrich, pela formulação da nova portaria que será um grande

desafio. Destaca que no âmbito da Coordenação de Políticas de Refúgio se tem investido em políticas relacionadas à população haitiana, destacando também a proposta de estabelecer um programa de português como língua de acolhida, numa dinâmica de formação de formadores, que deve ser uma iniciativa que virá adiante.

A **Sra. Amarilis Busch Tavares** solicita que, se possível, as pessoas que fizeram apresentações e não encaminharam por escrito os documentos as enviem, dizendo saber que a DPU e o Acnur já enviaram por escrito. Explica que por mais que tenham o áudio é sempre produtivo encaminharem, por fim agradecendo.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** concorda e afirma que irão receber esses documentos e fazer o encaminhamento enquanto Coordenação-Geral. Agradece a todas as participações e a todos os presentes, e cita que semana que vem estarão em Roraima sob a liderança da Sra. Niusarete Margarida de Lima para uma agenda extensa em Boa Vista e Pacaraima. Diz que se reunirão na próxima reunião preliminar, e a próxima reunião ordinária ficará mantida para o dia 18 de maio. Menciona alguns desafios para se construir até lá relacionados à questão do mês de junho, explicando que querem fazer, no âmbito do Ministério da Justiça, uma semana relacionada a refugiados com uma ampla programação. Diz que na próxima reunião já terão isso de uma forma mais deliberativa para os membros. Diz que querem usar a semana do dia 20 para fazer algumas mesas mais aprofundadas de discussões públicas, trazendo especialistas, estudiosos e refugiados para que possam qualificar um pouco mais o debate acerca dessa agenda, e estão aceitando sugestões de painéis, pessoas, enfim, temas que possam ser trazidas para dar destaque no dia. Alega que também querem fazer uma exposição que está sendo construída junto ao Ministério das Relações Exteriores e o Acnur, que acontecerá no salão negro do MJ na semana do dia 20, com artes de pessoas refugiadas e imigrantes e também toda a colaboração para esse processo mais artístico, mais lúdico, mas que é extremamente importante para dar visibilidade a essas existências. Ressalta que estão sempre à disposição e deseja um bom feriado para todos e todas.

Declara encerrada a centésima sexagésima nona Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados.

[1] (Tusco, s.d.)

[2] (Friedrich, s.d.)

[3] (Idem, s.d.)

[5] (Milesi, s.d.)

[6] (Medeiros, s.d.)



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, **Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 23/02/2024, às 11:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24237764** e o código CRC **E7339EC4**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.